

Instituto pedagógico: cultura escolar e noções de civilidade em Campina Grande - PB (1919-1942)

Pedagogical institute: school culture and civility concepts in Campina Grande-PB (1919-1942)

Vivian Galdino de Andrade*
vivetica@hotmail.com

Resumo: Este texto busca discutir a participação de uma instituição escolar no projeto de modernização da cidade de Campina Grande - PB, durante os anos de 1919 a 1942. Nosso intuito está em apresentar a escola como uma das instituições responsáveis por gerar na cidade uma sensibilidade moderna, educando e civilizando os sujeitos aos moldes de uma urbe em constante “progresso”. O Instituto Pedagógico, foco de nossa discussão, foi a primeira escola particular da cidade referenciada com uma modernidade pedagógica que alfabetizava e profissionalizava os sujeitos. Teve como diretor o tenente Alfredo Dantas que incorporou na escola um programa pedagógico militar, funcionando em níveis primário e secundário, mas também com a contribuição das Escolas Anexas (Escola Normal João Pessoa, Escola Militar General Pamplona e Escola de Comércio e Peritos Contadores) que educavam os cidadãos para suprir as necessidades econômicas e comerciais que surgiam na cidade. Será através deste contexto que problematizaremos esta intensa relação entre a escola, a sociedade e os indivíduos, visando apontar uma educação das sensibilidades que regenerava e produzia cidadãos aptos ao viver moderno. Através da análise de fontes jornalísticas foi que encontramos o caminho possível de ser traçado para a confecção deste texto, pois com ele tentamos produzir uma cartografia da história do Instituto Pedagógico, denotando como esta instituição educativa estava a serviço da cidade. Instituição escolar, cultura (material) escolar e sensibilidade escolar serão nossos conceitos-motes de reflexão, que apontarão o arquivo escolar, os materiais didáticos e os impressos pedagógicos que circulavam na/pela escola como fontes possíveis de apreensão de uma realidade e de organização da vida escolar dos alunos do Instituto Pedagógico.

Palavras-Chave: cidade, sensibilidade, modernidade pedagógica

Abstract: *This text discusses the role redeemed by a school institution and their subjects in the project of modernization of Campina Grande city, during the years from 1919 to 1942. Our aim is to present the school as responsible for generating in the city a modern sensibility, educating and civilizing the subject to the casts of a city in “progress.” The Pedagogical Institute was the first private school in the city referenced with a modern teaching system, alphabetizing and “professionalizing” the students. Had as headmaster Lt. Alfredo Dantas who, with the contribution of Attached Schools (Escola Normal João Pessoa, Escola Militar General Pamplona e Escola de Comércio e Peritos Contadores), had as a guiding principle to educate citizens to meet the economic and commercial needs that arose in the city. It is through this context that we question this intense relationship between school, society and individuals, pointing out a sensitive educational system that regenerated and produced people able to live the modern life. Journalistic sources analysis had guided the writing of this paper as attempt to mapping the history of Pedagogical Institute and its contribution to the city.*

Keywords: *city, sensitivity, pedagogical modernity*

* Professora Adjunta da UFPB - Campus III.

Desvelando o caminho: os passos introdutórios da pesquisa

Este artigo é fruto de minha tese de doutoramento¹ no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Ele visa discutir as intensas relações que uma instituição escolar possuiu com a cidade de Campina Grande, sendo parte inerente de um projeto de modernização da cidade. Campina Grande, também conhecida como Rainha da Borborema, é a segunda maior cidade da Paraíba. Concebida como entreposto comercial, ela se localiza no agreste paraibano, entre a capital do estado e o sertão.

Vivendo, nas primeiras décadas do século XX, um contexto de chegada do trem e da energia elétrica, implantação do saneamento básico, do cultivo e da comercialização do algodão e de outros gêneros, das reformas urbanas que impulsionaram os negócios e da construção de rodovias, a cidade se urbanizava/modernizava. Estas questões também se refletiam sobre as instituições escolares, a partir da noção de uma modernidade pedagógica (organização do espaço escolar e do ensino, formação docente, metodologia de ensino, existência de laboratórios, ideais de higiene etc.), pela adaptação às novas normas higiênicas que circulavam no período, tais como a construção de ambientes bem arejados, salubres e devidamente equipados (existência de laboratórios de química e física).

Escola modelar, equiparada aos padrões dos grupos escolares, o Instituto Pedagógico tentou trazer novos rumos à educação campinense. Existente e vivo

até os dias atuais, agora como Colégio Alfredo Dantas (CAD), o antigo Instituto foi uma escola de renome, por ser a primeira escola particular da cidade a ser referenciada por ter uma modernidade pedagógica. Historicamente construiu para si², pelo intermédio de seu corpo diretor e docente, uma imagem de uma instituição escolar auspiciosa, moderna pedagogicamente, que tem sua história institucional envolvida nas tramas históricas da cidade.

Fundado pelo Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes³, em 17 de fevereiro de 1919, funcionou de início na Rua Barão do Abiaí, sendo transferido nos anos de 1930 para a Rua Marquês do Herval, no prédio municipal cedido pelo presidente João Pessoa. Antiga sede do Grêmio de Instrução Campinense, amplia suas instalações físicas e funda as chamadas “Escolas Anexas”, nas quais passou a funcionar a Escola de Instrução Militar General Pamplona (incorporada ao Tiro de Guerra Nacional), mais conhecida como Escola de Tiro 243, o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores e a Escola Normal João Pessoa, tornando-se o primeiro estabelecimento secundário que conferiu títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba.

O Instituto Pedagógico⁴ oferecia desde o curso primário e de preparação aos secundários, ministrados pelas escolas oficiais, aos cursos Comercial e Normal. Só em 1943 passou a ser denominado como Ginásio Alfredo Dantas, sob a direção de Esther de Azevedo, e em 1945 passa para as mãos de Severino Lopes Loureiro. Em 1950 passaria a ser reconhecido pelo atual nome, Colégio Alfredo Dantas – CAD.

¹ A tese denominada “Alfabetizando os *filhos da Rainha* para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande (1919-1942)”, foi orientada pela Dra. Cláudia Engler Cury, e defendida em agosto de 2014.

² Pelos discursos veiculados nos impressos pedagógicos e jornalísticos produzidos pela própria instituição, tais como Revista Evolução, Evolução Jornal e Jornal Comercio de Campina.

³ Segundo o *Memorial Urbano de Campina Grande* (1996), Alfredo Dantas Correia de Goes nasceu em Teixeira (PB) em 17/11/1870. Filho do Dr. Manoel Dantas Correia de Goes, presidente interino da Paraíba em 1889, casou-se com Ana de Azevedo Dantas (Yayá). Tinha como enteada Ester de Azevedo. Faleceu em 19/02/1944 de câncer.

⁴ A escola funcionava nos três turnos e tinha os seguintes horários estabelecidos: “O turno da manhã dura das 7 às 11 horas; o da tarde de 13 às 17; o da noite, de 18 às 22 horas. Só os/as alunos/as do Curso Normal e Ginásial, freqüentam os dois turnos, sendo o da noite para alunos empregados no comércio”. As mensalidades possuíam os seguintes valores: “[...]5\$000 de matrícula e 10\$000 mensais nos 1º e 2º anos; 10\$000 de matrícula e 15\$000 mensais do 3º ao 5º anos” (Acervo do Colégio Alfredo Dantas, 1939)

A temporalidade que demarca a existência da instituição enquanto Instituto Pedagógico, dos anos de 1919 a 1942, período que compõe a nossa escolha temporal para esta pesquisa, se dá por acreditarmos que em 1943, já com o novo nome de Ginásio Alfredo Dantas e sob uma nova direção, a Instituição teve sua proposta pedagógica modificada. Mesmo propondo a discussão sobre a história dessa instituição escolar, representada muitas vezes pela pessoa do tenente Alfredo Dantas, nosso objetivo está em apontar outros tipos de instituições, não aquelas voltadas apenas a uma pessoa jurídica ou civil, mas a instituição de comportamentos, normas e por que não dizer sensibilidades e noções de civilidade no contexto escolar.

As escolas são nomeadas de acordo com o momento histórico de seu surgimento, o termo “Instituto”⁵ nos leva a refletir sobre um lugar de fala, de instituição e normatização de formas de saber, ser e viver na cidade. Já o nome “Pedagógico”⁶ pode ser entendido a partir do conceito de Pedagogia, que compreende, nas diferentes manifestações do fenômeno educativo, a disciplina, o estudo, o ensino, a aprendizagem, as normas e as características referentes ao processo educativo. Nesse contexto, a partir de seu próprio nome, cremos que a escola não somente proporcionou a instituição de saberes, mas também formas de ver e sentir a realidade social ao seu redor.

O Instituto Pedagógico era tido como uma escola auspiciosa, que deveria auxiliar na realização dos projetos de civilização e modernização que estavam sendo instaurados em Campina Grande. Não só na cidade, mas o Brasil também vivenciava nas primeiras décadas

do século XX um período de modernização, urbanização, industrialização. Essa “era do novo” também se esperava para os projetos educacionais, refletindo-se no ensino, nos materiais didáticos, na estrutura e arquitetura escolar. Pioneiramente, seria pelas mãos de Alfredo Dantas que a educação em Campina Grande daria seus primeiros passos para a era do “novo”.

As expectativas vividas por este processo de modernização reverberam na instituição escolar os sentidos dados à cidade. É por meio de uma “Pedagogia da Cidade”⁷, que perpassa a cultura escolar mas que também é moldada por ela, que se tem uma educação empregada para corresponder às necessidades da *urbe*, como um *modus vivendi* (VEIGA, 1997), que orienta pedagogicamente os cenários, as ritualizações e as instituições através da educabilidade.

Neste cenário, o que denominamos como ‘sensibilidades escolares’, advém desta intrínseca relação entre a cidade e a escola. Estamos conscientes que elas são difíceis de serem descritas ou recuperadas, pois poucas são as marcas históricas encontradas, mas nossa intenção está em tentar percebê-las por meio da interação dos sujeitos com os objetos culturais, do imaginário aos traços encontrados na escrita, mas também nas corporeidades. O que percebemos, até então, é que a afetividade e as subjetividades ligadas ao território campinense serão reapropriadas como próprias da escola, de seus alunos/as e corpo docente; é como se as memórias e identidades urbanas substituíssem a cultura e a sensibilidade interior que move a dinâmica dos sujeitos, como uma roupagem, uma tentativa de padronização do sensível.

⁵ Segundo o dicionário de etimologia, a palavra ‘instituto’ vem do latim *Institutum* (instalações, costume), *instituire*, que tem significado criar, construir, criar ou educar. Disponível em: <www.cnrtl.fr/etymologie/institut. Acesso em: 01/11/2013. Saviani (2007, p.3), ainda define que a palavra instituição pode ser agrupada em quatro acepções: “1. Disposição; plano; arranjo, 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina”.

⁶ Já “Pedagogia” significa, inicialmente, a arte de conduzir crianças. “No sentido atual indica o estudo sistemático das diferentes manifestações do fenômeno educativo. Dicionário para Educadores/as (ANTUNES, 2008, p.162).

⁷ Termo empregado por Veiga (1997). Podemos compreender que a “Pedagogia da Cidade” está perpassada pela “Pedagogia do Comportamento”, por combinar as instituições normativas da cidade com a aprendizagem dos códigos de sociabilidade pelos sujeitos.

Detentora de uma cultura própria, ou ainda de culturas próprias, o estudo da instituição escolar parte desde as particularidades da escola às trocas que ela estabeleceu com a sociedade campinense. Não perdendo de vista que a cultura escolar é a “forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaços-temporais do fenômeno educativo escolar” (FARIA FILHO, 2007, p. 195), englobando as diversas dimensões do funcionamento interno da escola, desde os conhecimentos às sensibilidades e valores que são transmitidos e vivenciados na materialidade dos métodos escolares. As sensibilidades aqui citadas seriam compreendidas, assim, como uma dimensão da experiência escolar, uma forma específica e nada convencional de se perceber a realidade que foi vivida dentro da escola, na relação dos sujeitos com as legislações, os regulamentos, o currículo, mas também na participação em festas escolares, greves e produções discursivas, enfim, em tudo aquilo que molda e educa os sujeitos dentro do processo de escolarização.

É diante desta rota que propomos a leitura de uma narrativa histórica sobre o Instituto Pedagógico, não somente com o intuito de mapear seu funcionamento e papel social enquanto um estabelecimento de renome na cidade, mas também com o desejo de cartografá-lo, ou seja, de oferecer caminhos possíveis de vê-lo. Tomamos as escolas anexas como parte integrante do Instituto Pedagógico, mesmo sabendo que elas funcionavam individualmente, e que por assim dizer, possuíam uma cultura escolar muito própria. Desejamos que o nosso texto possa oferecer ao leitor subsídios para que pincelem outras histórias possíveis para este educandário, não deixando para trás aquelas que já foram criadas, mas percebendo-as dentro de um contexto histórico no qual foram tramadas.

Instituto pedagógico: cultura escolar e o controle de corpos e mentes

Dos poucos estabelecimentos de ensino que temos no interior do Estado, é o “Instituto Pedagógico” o melhor conceito e que cumpre rigorosamente os métodos de ensino mais modernos. Fundado em 1919, vem em constante progresso, quer no melhoramento de seu predio e mobiliario, quer no aperfeiçoamento da instrução. Mantem os seguintes cursos; Normal, Commercial, Gymnasial, Militar, Primario e Infantil. Alem dos citados cursos, mantem ainda as aulas de piano, costura, bordado, pintura, musica, flores e gymnastica, todas sob a direcção de competentes profissionaes. O internato funciona na própria residencia do director, gosando assim os internos de assistencia familiar. O externato remodelado a capricho e com todos os requisitos da hygiene escolar, offerece aos alumnos e professores, todo conforto necessario. Seus vastos salões em numero de dez, são bem arejados, illuminados e sufficientemente mobiliados. Entre os pavilhões que compõem o predio existe um grande pateo destinado ao recreio e aulas de instrucción physica. Nelle estão localizados os campos de Volleyball, Basket-ball e peteca, caixão de pulo, barra fixa e outros aparelhos de gymnastica. O Volley-ball é treinado com entusiasmo pelas normalistas e alumnos de outros cursos. O curso militar, destinado a preparar os jovens para a defesa da Patria, muito util tem sido aos campinenses, pois, centenas de moços têm obtido a caderneta militar de reservista, ficando assim aptos para exercerem empregos federaes e isentos do sorteio militar. O corpo docente do instituto é dos melhores do interior e é composto dos seguintes professores: tte. Alfredo Dantas, prof. Almeida Barreto, drs. Severino Cruz, José Tavares, Manoel Coutinho, Elpidio de Almeida, Octavio Amorim, João Tavares, Severino Pimentel, prof. Santiago, professores Francisquinha, Herundina Campello, Queteria Campello, Cisenia Galvão, Esther Dantas. A parte militar está a cargo do instructor Moyses Araujo. O curso normal, fundado em 1928, tem o nome de “João Pessoa”, homenagem ao insigne brasileiro. Officialisando o referido curso, o inesquecivel parahybano, prestou um grande beneficio não só ao “Instituto Pedagógico”, como principalmente a Campina Grande que já pode diplomar suas filhas sem as despesas enormes que

acarretavam com a educação na capital. A Escola Normal “João Pessoa”, apesar da luta que sustentou para a sua equiparação, vai marchando em franco progresso e este ano prepara-se para diplomar a primeira turma de normalistas. E tudo isto, não ha negar, deve-se ao esforço e a benemerencia do tte. Alfredo Dantas grande abnegado pela alphabetisação dos filhos deste formoso rincão. Um estabelecimento de ensino que honra o Estado (JORNAL BRASIL NOVO, 1931, p. 6).

Simbólica, heroica e altiva é a imagem descrita para o Instituto Pedagógico pelo Jornal *Brasil Novo*. A partir dela damos ensejo a novos rascunhos, que modelam e delineiam feições para a Instituição a partir dos traços e das aparências que tomam para a cidade. As inúmeras caracterizações citadas para o Instituto Pedagógico nesta longa citação já traçam a nossa rota de discussão para este texto. Desde os métodos, aos materiais escolares, das escolas anexas aos requisitos de higiene escolar, da educação física ao corpo docente.

A partir de sua estrutura física podemos desenharmos mentalmente um ambiente controlado pedagogicamente. Ao vivenciar uma ampla reforma em 1939, o prédio da escola passa a ser assim descrito pelo relatório de Hildebrando Leal:

O colégio está inserido em três pavilhões, cobrindo uma área total de 642m²,60. O primeiro, onde funcionam durante o dia, o curso normal e, á noite o comercial, é de construção antiga mas convenientemente conservado. Tem deficientes as condições de acustica porque são meias paredes as de separação de classe. Há sete salas neste primeiro pavilhão, todas recebendo luz direta. Para fiscalização há um corredor interno aonde vêm ter todas as salas, a excessão de uma que deita diretamente para uma área livre. [...] No segundo pavilhão estão, em duas salas, a Secretaria e a Biblioteca. No terceiro pavilhão está instalado o curso primário em quatro salas bem dispostas, de 31m²,5 todas com luz direta. Todo o edificio é térreo. Não há forro em nenhuma sala. [...] (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS, 1939).

Ainda em 1932 a escola possuía apenas um pavilhão, nove salas, uma biblioteca e três banheiros. Após a reforma, a escola teria sua estrutura radicalmente modificada. Segundo Foucault (2006, p. 122) essa “[...] mudança de escala, é também um novo tipo de controle” que reorganiza os espaços definindo a utilidade e a funcionalidade, mas também satisfazendo as necessidades de vigiar. A existência de um corredor que verticalmente corta a escola e de salas semiabertas reflete a importância de “[...] estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um [...]” (FOUCAULT, 2006, p.123), como procedimentos especialmente desenvolvidos “para conhecer, dominar e utilizar” (idem). Essa “arte das distribuições” torna as localizações funcionais, definindo aos espaços papéis e à mobilidade que eles permitem vigiância.

Ainda sobre as instalações, o mesmo relatório nos leva a imaginar o interior da escola, descrevendo a existência de “[...] oito W.C., oito lavatórios e quatro bebedouros. Os alunos usam copos individuais”. A prática de exercícios acontece na área livre da escola, aonde “há um campo de vôlei-bol e uma barra com pertences para ginástica”. O cuidado com a higiene e com o corpo também eram focos de preocupação nos reajustes estruturais pelo qual passava a escola. As salas de aulas ganham som, cor e forma quando descritas em número de onze salas, “Todas as salas têm luz direta e o mobiliário está em todas elas”, mas sofre problemas com a acústica. “A pintura é sempre em cores claras moderadas, verde ou laranja. As carteiras são, as dos cursos secundários, mesinhas individuais, com cadeiras espalhar separadas; as do curso primário carteiras duplas ou quádruplas”. A iluminação e o aparelhamento deviam estar em acordo com a caracterização de um ambiente sóbrio, harmonioso, que tornasse a classe “[...] homogê-

nea, composta de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre (FOUCAULT, 2006, p. 125)”.

Além da divisão em classes, os sujeitos também eram alocados de acordo com os exames de admissão.⁸ Exigidos pela escola, são também ferramentas de padronização e ordenação de uma classe de alunos/as, que eram nivelados entre si. “A homogeneização das classes escolares” é tema do artigo da professora Maria do Patrocínio S. Leite, que destacava que a uniformização se dava pelo agrupamento de classes de alunos/as que reuniam a mesma “[...] capacidade intelectual, as mesmas aptidões, enfim, alunos cujas diferenças individuais não sejam tão sensíveis” (REVISTA DO ENSINO, mar. 1934, p. 14).

Confirmando as intenções dos exames de admissão, Foucault (2006, p. 154) ressalta que eles “[...] estabelecem sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles (alunos) são diferenciados e sancionados”. Interpretados também como testes de inteligência (ou Q.I.), os exames ofertavam critérios para uma seleção que se dava a partir do maior rendimento nas provas, e previam um “[...] maior aproveitamento dos alunos e menor desperdício dos esforços do mestre” (*Revista do Ensino*, Março de 1934, p. 18). Esse mapeamento dos ‘melhores indivíduos’ em classes específicas permitiria “[...] ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos” (FOUCAULT, 2006, p. 155).

A partir deles iniciava a vida escolar dos/as alunos/as no Instituto Pedagógico, que logo recebiam o certificado de aprovação. Com ele e as certificações de cada ano concluído, o/a aluno/a poderia dar entrada nas

matrículas dos anos subsequentes na escola. Em caso de reprovação, o/a discente poderia repetir o exame, só que em outra época.

Ainda no ato da matrícula, a higiene e seus preceitos estiveram presentes. Para se candidatar a uma vaga na instituição era cobrado o registro de nascimento ou também chamado “Certidão de Idade de Registro Civil”, um atestado da Delegacia confirmando a existência de um corpo hígido e sem delitos e um atestado médico confirmando ser o indivíduo sadio e vacinado. Uma solicitação era redigida e, acompanhada destes documentos, era encaminhada à escola para a efetuação da matrícula.

Maria das Mercês de Albuquerque Câmara, colegial, solteira, com 15 anos de idade, brasileira, natural de Campina Grande, estado da Paraíba, filha de José Carneiro Câmara e Joana de Albuquerque Câmara, residente na Rua José Bonifácio, N°402, desta cidade, precisando matricular-se no curso de contador do Instituto Pedagógico, vem mui respeitosamente requerer a V.Sa., se digne a atestar, no pé da presente, a sua idoneidade moral e civil e se é a mesma que figura na fotografia acima. Nestes termos. P. deferimento. Campina Grande, 26 de fevereiro de 1943 (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS).

Maria das Mercês obteve o carimbo e a seguinte resposta: “Atesto ter a requerente boa conduta e ser a própria. Campina Grande, 25 de fevereiro de 1943. Sgt. Joaquim Rogério Pereira” (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS). Certificado pela lei e pelos representantes da medicina que eram indivíduos idôneos e saudáveis, os/as alunos/as estavam aptos/as a participar do corpo discente da escola, no entanto ainda precisariam apresentar seu registro da vacinação:

⁸ Previstos pela Reforma Francisco Campos quanto ao Ensino Secundário, no “Capítulo III - *Da admissão ao curso secundário*. Art. 18. O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. (Decreto N. 19.890 - de 18 de abril de 1931)

De accôrdo com as determinações constantes dos Arts.359 paragrapho 1, 364 n°s 1, 2,3,4,5,6,7 e 365 paragraphs 3 e 15 do Regulamento Sanitário em vigôr: (a) as crianças serão vaccinadas dentro do primeiro anno do nascimento e revaccinadas setes annos após, sob pena de multa de 50\$000 a 100\$000 applicavel aos Paes e reponsaveis. (b) Sem estar vaccinada ou revaccinada contra a variola nos prasos da lei, nenhuma pessoa pode: Exercer funções publicas; prestar serviços militares, terrestres, marítimos annexos; matricular-se ou frequentar escolas publicas ou particulares, primarias ou superiores de qualquer natureza; ser admittido ou permanecer em asylos, patronatos, institutos religiosos etc.; trabalhar em estabelecimentos commerciaes ou industriaes de qualquer espécie; servir na marinha civil ou mercante; residir em casas de habitação collectiva (hoteis, estalagens, casas de commodos etc.); sob pena de multa de 20\$000 e 200\$000. (c) Os creados não podem exercer seu emprego sem que estejam vaccinados ou revaccinados nos prasos da lei sob pena de multa de 20\$ a 100\$000. (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS, 1924)

Estes critérios que condicionavam a matrícula podiam também fornecer uma ficha de dados pessoais de cada aluno/a, facilitando os instrumentos de controle e inspeção. Inspirados em Foucault (2006, p. 124), acreditamos que estes pré-requisitos tinham a função de “[...] individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui(ndo) um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas”. A escola passava a ser um espaço útil do ponto de vista dos médicos, mas também instrumentalizado para professores e inspetores, que teriam acesso às características morais dos/as discentes. Nesta tentativa de proteção da escola contra as enfermidades também estava à intenção de evitar despesas, tendo em vista que “A doença e seu estágio inicial - supõe a necessidade de gastos

controlados, poupança, contabilidade, disciplina – uma economia que depende da limitação racional do desejo” (SONTAG, 2007, in SOARES JÚNIOR, 2011, p. 60).

A inserção de novas disciplinas⁹ (como a Higiene e a Educação Física) também transformava os/as alunos/as em multiplicadores desta noção higiênica em suas famílias e lares. A presença da higiene como conteúdo e tema constantemente presente em sala de aula, como também em revistas e noticiários jornalísticos, tornava-se além de “onisciente”, manipuladora do organismo escolar, propiciando mudanças que podem ir da arquitetura à localização da instituição escolar, da distribuição dos espaços às práticas diárias, como elementos que correspondiam aos ditames higiênicos estabelecidos pela saúde pública. Assim se dava a avaliação das normalistas da Escola Normal:

No quesito asseio, eram verificados o conjunto do fardamento (sapatos engraxados e bem lustrados, situação das meias, se as pregas das saias estavam batidas, se a roupa estava limpa e se a farda estava completa). Quanto à ordem, os inspetores e professores observavam a condição do material escolar (se os cadernos estavam limpos, se o lápis e a borracha estavam mordidos e se os tinteiros/canetas não deixavam marcas nos dedos ou manchas nos cadernos). Sobre a disciplina, eram avaliadas tanto a assiduidade quanto à pontualidade, bem como o comportamento em sala de aula. No quesito urbanidade, nós éramos avaliados quanto ao trato com os colegas, professores e funcionários do Instituto (LOUREIRO apud OLIVEIRA, 2009, p. 24).

A ordem, a disciplina e o asseio passaram a ser imperativos nas escolas normais e revelavam traços de urbanidade, que associados aos elementos que regulavam as edificações escolares correspondiam aos dita-

⁹ Faziam parte do rol de disciplinas em comum cursadas tanto no ensino primário e secundário, como também no propedêutico da Escola Comercial as seguintes disciplinas: Francês, Português, Caligrafia, Inglês, Latim, Matemática, Artimética, Geografia, Corografia, Desenho, Música, Educação Física, História da Civilização, História do Brasil, História Natural, Física, Química e Higiene.

mes da higiene. Os novos métodos deveriam considerar o físico, mas também o psíquico, acompanhando o desenvolvimento dos pequenos sujeitos.

Sobre a Educação Física, a área dedicada à prática desta disciplina no Instituto não era suficiente para as aulas. A Instituição buscou outros espaços, como o campo do “13 Futebol Clube – Centro de Cultura Física”. O desenvolvimento físico e mental, além de também sensível e psicológico, por garantir a força e o domínio do corpo, e por assim dizer o desenvolvimento do autocontrole dos/as discentes, eram as atribuições da Educação Física no currículo escolar. Além de interferir na educação do corpo, a educação física proporcionaria também a higiene da mente, “corrigindo os defeitos de atitudes viciosas” (REVISTA DO ENSINO, dez. 1937, p. 69-73). Seria por meio de exercícios físicos, como a “gynastica, os jogos e os trabalhos manuais” (idem), que haveria uma “evolução intelectual e moral” (ibidem) dos sujeitos. Pela ginástica se teria o desenvolvimento físico, da vontade e da atenção; Os jogos (“foot_ball para os rapazes; o volly_ball e tenis para as moças”) corresponderiam a duas exigências higiênicas e escolares: a necessidade de exercício e do prazer; Já os trabalhos manuais teriam um duplo fim: desenvolver a agilidade da criança/normalista, pondo suas mãos a serviço da vontade, e fazer com que elas adquiram mais gosto pelas prendas domésticas. A ginástica e os trabalhos manuais, pelas finalidades já apontadas, passam a compor, assim, o currículo oficial de algumas escolas, entre elas o Instituto Pedagógico, que trabalhava na Escola Normal com as disciplinas de Ginástica e Trabalhos Manuais (“richelieu” e o “bordado matis”).

Adepto do que era moderno e corriqueiro nos discursos sobre educação da época, o Instituto Pedagógico dizia estar situado nos pressupostos da Escola Nova e de um método ativo. Definida por Veiga (2007, p. 217), como “escola ativa”, “escola do trabalho”, “escola progressista” e “escola moderna”, a Escola Nova assume inúmeras caracterizações, que contemplam desde os títulos anteriormente citados a uma pedagogia prática, que designava ao/a aluno/a o papel de explorador, pesquisador e centro das práticas pedagógicas.¹⁰

O método ativo, centrado nas ideias de Dewey, é concebido como uma prática de ensino definida pela aprendizagem do/a aluno/a, onde “[...] a experiência educativa é aquela que possibilita a percepção das relações existentes entre fatos, seres e objetos. Há intrínseca ao conceito, a ideia de ação e reação, isto é, de inter-relação” (VALDEMARIN, 2006, p. 185). Fundamentado numa experiência reflexiva, que elimina os dualismos e tem na percepção a relação entre as coisas, tal método de ensino deve induzir a produção do conhecimento para finalidades reais.

Para além de conteúdos curriculares, assim também acontecia com os preceitos que regiam o comportamento dos/as discentes. No artigo intitulado “Escola Nova”, de autoria do professor Alves Lima, os/as alunos/as são ensinados e condicionados à postura ideal de como pegar em um livro:

Quando um collega perguntar onde é a lição, vocês virem a mão para a frente, lado ou atrás, sem tirar o livro da posição primitiva da mão esquerda, porem se elles quizerem tomar-lhes o livro vocês façam isto apenas com o livro sobre a cabeça e para outros lados, sem contudo o livro sahir da mão esquerda e sem auxilio da direita. Nada de saliva para abrir as folhas, nem pegar com as duas

¹⁰ Quatro princípios fundamentam a prática educativa deste método segundo Veiga (2007, p.227): 1. Todo pensamento se origina de uma situação problema; 2. Devem-se considerar as experiências anteriores dos discentes; 3. Legitimidade do conhecimento e a resolução de problemas; 4. Valor das ações e dos pensamentos para o viver social. Estes fundamentos estão vinculados a “conversação e comunicação, pesquisa e descoberta, fabricação e construção de objetos e expressão artística” (VEIGA, 2007, p. 228).

mãos, que os dedos não toquem nas folhas, para não amarellecem as paginas. Também convém não dobrar as pontas das folhas. (REVISTA EVOLUÇÃO, n. 3, 1931, p. 23).

Além de centrar a preocupação no professor, detentor do saber, o trecho acima pode indicar os cuidados necessários com os materiais didáticos, regulando os gestos eficientes e posturais de pegar e, por sua vez, de também ler o livro, repreendendo o desvio da atenção e alertando para as questões de higiene. Para Foucault (2006, p. 130) “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”. Eram nestas pequenas atitudes que estava a racionalização do processo educativo.

Símbolos da memória do Instituto Pedagógico inscritos no prédio e nos adereços escolares

Direcionando o olhar e marcando a memória de alunos/as e ex alunos/as, a instituição traz desde sua fundação, na fachada, a existência de dois leões. Um sino, também genuíno desde a construção da escola, marcava (e até hoje o faz) o início e término das aulas. Perguntado por Dinoá (1993, p. 264) sobre a origem dos leões, o professor Loureiro responde que “Os leões serviram sempre como adorno para o colégio. Por ser uma tradição, e a pedido da maior parte da população, tive que deixá-los”. A permanência dos leões na fachada do Ginásio Alfredo Dantas passava a se remeter a uma construção simbólica e material da memória da cidade, e não apenas da escola.

Para além dos/as alunos/as, a arquitetura escolar¹¹ desempenha também uma pedagogia do olhar para os moradores da cidade, que com a expansão física e a adaptação aos preceitos higiênicos, dava início aos novos tempos que se instauravam, fazendo parte de um projeto urbano de modernos monumentos arquitetôni-

cos que davam novas feições ao centro da cidade. Presente, atualmente, como marca indelével no fardamento e material escolar, a figura do leão demarca o pertencimento e a formação pelo Colégio Alfredo Dantas, além de orientar o olhar do transeunte por meio de uma propaganda que evidencia a articulação de um lugar à educação, de um espaço específico de transformação de “[...] ‘súditos em cidadãos’, desocupados em trabalhadores, ‘bárbaros em civilizados’” (FARIA FILHO, 2012, p. 1).

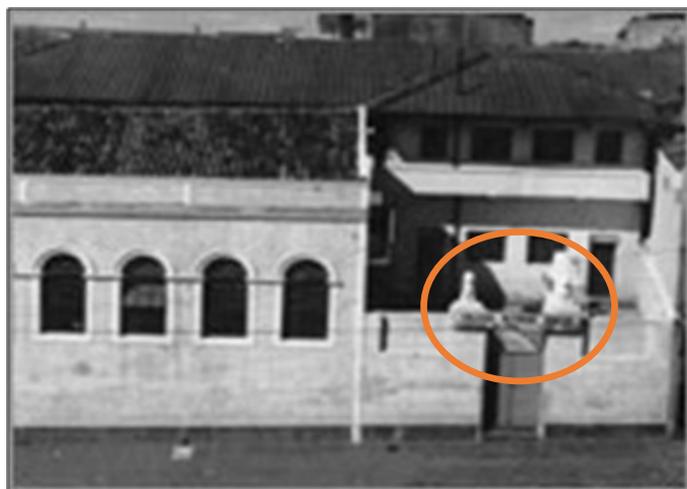


Figura 1—Fachada do Instituto Pedagógico em 1919. Fonte: <<http://www.alfredodantas.com.br/portal/v2/cad/nossa-historia>>

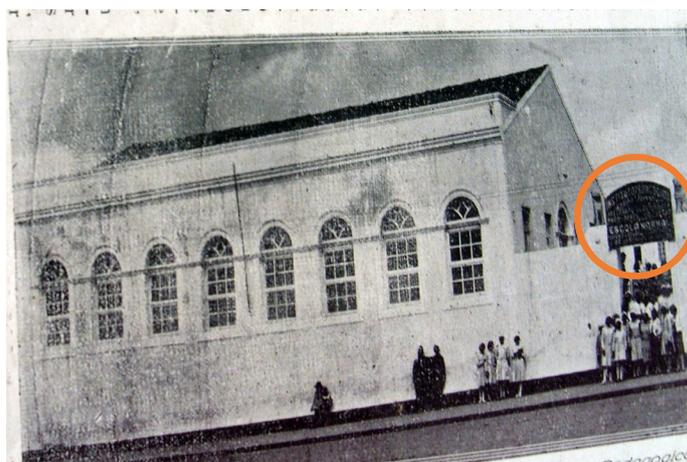


Figura 2—Fachada do Instituto Pedagógico em 1931. Fonte: Revista Evolução, ano 1, n. 1, 1931, p. 8.

¹¹ Para uma maior discussão sobre a arquitetura escolar, consultar o livro organizado por Marcus Levy A. Bencosta, “História da educação, arquitetura e espaço escolar” (2005).



Figura 3—Fachada do Colégio Alfredo Dantas em 1975. Fonte: <<http://www.alfredodantas.com.br/portal/v2/cad/nossa-historia>>

A arquitetura da escola da década de 1970 continua praticamente a mesma dos dias atuais, apenas as cores da instituição foram modificadas. Como podemos perceber, pelas fotos disponíveis, desde sua fundação há a presença dos leões na fachada frontal da escola, eles passaram a ser simbolicamente veículos propagandísticos da instituição ao longo dos anos, sendo hoje em dia emblema e marca publicada no material escolar, no fardamento da instituição (a partir da década de 1990) e nos eventos escolares.¹²

A maioria das fontes indica que funcionou o Instituto ainda como internato e externato, no início apenas com duas cadeiras, regidas respectivamente pelo Tenente e sua enteada Ester de Azevedo. Sobre o internato as fontes encontradas registravam pouquíssimas informações, descrevendo uma escola-residência, destinada apenas ao curso primário e secundário, que existiu ainda na década de 1920 na casa do próprio Tenente, onde se encontrara “[...] adaptadas condições higiênicas e pedagógicas...” (*REVISTA EVOLUÇÃO*, n. 1, 1931,

p. 7). Apesar de encontrarmos no acervo o registro fotográfico do Internato, fontes e relatórios apontam o não funcionamento do mesmo. “[...] O regulamento se refere a internato, mas na realidade não existe, recebendo o diretor na sua residência particular alguns alunos a pedido das respectivas famílias” (*ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS*, 1939).

As festas cívicas e a cultura material escolar do Instituto

Quanto às festividades escolares eram comemoradas solenemente entre crianças e jovens, com palestras e passeatas cívicas, que obrigavam a presença de docentes, discentes e demais funcionários da escola. Por veicularem conteúdos históricos, estas festas eram concebidas como partícipes do processo de ensino-aprendizagem, mas também momentos de culto aos grandes vultos do país. Era sobre a história destes grandes homens que crianças e jovens deviam deter sua leitura. Travestidas de cívicas, as festas escolares eram adornadas pelos valores da pátria, de um bom cidadão, da bandeira etc., fazendo perpetuar uma memória histórica. Por estas festas escolares é possível conhecer “[...] as concepções de ensino, de escola, de aluno e de profissão docente vigentes no período e disseminadas nas ocasiões festivas” (SILVA, 2011, p. 29). Como parte também de um conjunto de recomendações que os estabelecimentos de ensino recebiam do Departamento de Educação, a realização de festas cívicas era orientada a diretores e professores, que deveriam “treinar” seus alunos/as, com vista a fazê-los/as desempenhar “grande” dever cívico.

As percepções destas festas eram variadas entre alunos e alunas, como demonstram os trechos a seguir:

¹² Atualmente o Colégio Alfredo Dantas (CAD) desenvolve o Concurso “Leão de Ouro”, “competição acadêmica que tem por objetivo incentivar os alunos a desenvolverem o modo de aprender, pensar e agir”. Disponível em: <<http://www.alfredodantas.com.br/portal/noticias/concurso-leao-de-ouro>>. Acesso em: 30/05/2014.

Raiou gloriosamente o dia 7 de setembro de 1822, data que todos nós brasileiros devemos comemorar, por ser o feliz dia que o nosso caro Brasil se viu para sempre livre do jugo português, que tanto nos humilhava. [...] O grito de Independência vibrou varonil no peito de D. Pedro e repercutiu uniso no espírito dos brasileiros dignos que ansiavam por quebrar os grilhões que nos oprimiam. Salve 7 de setembro de 1822! E 7 de setembro de 1931 (Euna Paiva de Oliveira. 3º ano Normal. REVISTA EVOLUÇÃO, n. 1, 1931, p. 2)

As comemorações do dia 7 de setembro poderiam ser vistas por outro prisma, para além do que demonstra a aluna Euna Paiva.

O ano letivo vai singrando velozmente para o fim, quase sem novidades; a sequência dos dias registra aqui, uma festa da Escola, mais além, o aparato dos viatos das solenidades cívicas, que o imperativo dos feriados determina. Ainda a pouco tivemos o 7 DE SETEMBRO – Dia da Patria que foi comemorado de modo excepcional, como no ano anterior. O mais é o desfilar monotonico de sempre. Provas parciais; comentarios alacres dos quem já têm a promoção assegurada pelo cortejo de boas notas; ansiedade dos que ainda estão dependendo da prova final; e o casarão de paredes esguias e formas antiquadas, expressando à claridade dessas manhãs lavadas de sol, a modestia e o esforço, o sacrificio e a audacia (EVOLUÇÃO JORNAL, 21 set. 1936).

Seria o 7 de setembro apenas mais um dia no calendário escolar. Ecos como estes talvez ressoassem de forma mais recorrente do que podemos apreender na documentação, questionando a importância dada às datas cívicas enquanto o dia do estudante (15 de maio na época) se quer era comemorado. É com insatisfação que o depoimento abaixo narra a falta de solenidades neste dia, talvez o único que pudesse despertar alguma

identificação com a mocidade campinense, que se definiam como:

[...] um agregado de valores sem expressão, a mercê de vontades estranhas, sempre incompreendidos e predispostos para um facionismo prejudicial. Somos, inegavelmente, a alma das festas cívicas nas paradas escolares; entretanto, no dia que nos é consagrado, como nos faltam os mestres para nos orientar, quedamos indecisos e desarticulados, porque não temos ação nem vontade propria. Eis aí um estado de cousas perigoso e que não pode perdurar por mais tempo. A todos os fins a que nos propuzermos, seremos facilmente rechassados porquê nos falta uma orientação segura e centralizadora de nossos esforços. É a nós mesmos que compete resolver nossos problemas. Não devemos, para isso, esperar que se nos indique o caminho a seguir [...] (EVOLUÇÃO JORNAL, 10 jun. 1935)

Segundo a citação, esta falta de importância dada ao dia do estudante partia primeiramente da ausência de ações arquitetadas pelos maiores interessados – os estudantes -, mas também pela falta de um “[...] órgão que centralize e dirija a ação dos que estudam, norteados para os seus princípios da harmonia escolar, da fraternidade estudantina” (Idem).¹³ Os/As discentes são tão veemente inculcados a comemorarem no calendário escolar as mesmas datas todos os anos, que por ventura acabam esquecendo-se daqueles que realmente possuem algum vínculo com eles.

A constituição de uma memória escolar surge a partir das prescrições sobre os comportamentos patrióticos, das datas a comemorar, das roupas a serem exibidas no dia do desfile, dos gestos e trocas de pernas tão padronizadas, que acabavam sendo expressos em ritmos militares. O uso de quepes, fuzis (de madeira), roupas em tom caque e sapatos pretos eram os adereços/sinais que faltavam para completar a uniformização dos

¹³ Logo após este acontecimento, em novembro de 1935 é edificado em Campina Grande o “Centro Estudantal Campinense”.

sujeitos, que numa linguagem coletiva ficavam quase irreconhecíveis como em uma produção em série, se misturando e adquirindo uma só identidade - a da escola que desfilava.

As alunas traziam o uniforme tradicional – saias de cor marrom, plissadas, e blusa branca com emblema bordado no bolso, no lado esquerdo, meias curtas e sapatos pretos. Os alunos com uniforme à lá militar, com botinas pretas, de fiador, Polainas, culotes, dólman, - com botões especiais, pretos – talabarte e quepe com pala de barréte militar sobre o qual, um pouco acima, era pregado um broche em forma de castelo (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS, 1994)

Pelas ausências de festas desta amplitude na cidade, afinal “[...] o povo em geral [estava] carente de espetáculos grandiosos” (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS, 1994), estas comemorações simbolizavam momentos de lazer e divertimento, “[...] a ponto de se comparar, em termos, considerando-se a sua natureza e proporções – aos desfiles, de hoje, das grandes escolas na Marquês do Sapucaí” (idem). Como competições, estas festas cívicas em Campina Grande ainda traduziam disputas vivenciadas entre os “[...] ‘treis grandes’ do ensino na cidade (...) o Instituto Pedagógico, Colégio Diocesano Pio XI e o Imaculada Conceição (Colégio das Damas)” (ibidem). O desempenho dos/as discentes nestas comemorações também demarcariam a projeção das escolas que eles representavam, em desfile, na cidade.

Estes outros usos dados às festas e comemorações escolares, como também ao entoar dos hinários, possivelmente escapavam do olhar fiscalizador de professores e inspetores. Esta aproximação de um conteúdo pedagógico aos ditames militares, se fazem presente no próprio hino da escola. Este Hino revela em seus versos insígnias militares que perpassam valores e ideias

educacionais, trazendo à tona a ‘essência’ da instituição.

Quando alegre e felizes marchamos/Sob o azul deste céu impoluto/ Sem querer a sorrir exaltamos/ O áureo nome do nosso Instituto/ Há do livro ser a couraça/ E a caneta há de ser o fuzil/ Para a glória eterna desta raça/ Que é o orgulho do nosso Brasil/

Ó bravos filhos do Norte/ A Pátria quer nosso tributo/ Nosso ideal excelso e forte/ É ver a glória do Instituto/ Se a nossa vida é uma liça/ É mister tudo assim vencer/ só poderemos ter justiça/ Com a luz sublime do saber/

Não podemos perder um minuto/ Preciosamos lutar e vencer/ Para a glória do nosso Instituto/ Excelso templo de imortal saber/ Somos filhos das plagas do Norte/ E vivemos à luz do cruzeiro/ Defendendo tal qual o mais forte/ O auri-verde pendão brasileiro/

Honraremos o nosso Instituto/ Propaganda sem trégua a instrução/ Pois o nosso sublime reduto/ Diz que o estudo é a melhor diversão/ O Pedagógico é uma grande oficina/ Ao clarão da áurea luz do saber/ Quem estuda há de ter disciplina/ Para um dia cumprir seu dever (BUARQUE in DINOÁ, 1993, p. 245).

Relatando momentos de combate, as estrofes aclamam a educação e o saber como armas que pregam a eugenia e a luta contra o analfabetismo. Além de estimular a construção de um sentimento de nacionalidade, suas rimas enaltecem o Instituto e convidam seus alunos/as a servir incondicionalmente a pátria. Conhecedores da autoria, mas não do ano de sua produção, acreditamos que o hino denuncia o contexto histórico em que fora produzido, tomando o vocabulário do exército para expressar a tênue fronteira entre ele, o saber e os valores apregoados pela nação.

Silva (2010, p. 43) aborda que os princípios contidos no hino refletem bem o período de “[...] controle social, da normatização da família, do controle da taxa de natalidade, da moralização da mulher e do casa-

mento, da eugenia, da higiene, com uma interligação entre as esferas do estado e da educação”, bem próprios do Estado Novo (1937-1945).¹⁴ É a partir dele que a ideia de segurança nacional se apresenta de maneira mais contundente. A imagem de virtude projetada no hino e na proposta pedagógica da escola, baseada nos ideais republicanos, definia o modelo de aluno/a que se queria formar, perpassando desde a arquitetura da escola, sua infraestrutura, ao currículo dos cursos oferecidos e a formação dos docentes que atuavam aos valores que deveriam constituir o caráter dos novos cidadãos.

Em um cenário onde se difundia nacionalmente a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social, demarcava-se um “otimismo pedagógico” (NAGLE, 2009) que invadiu o Brasil nas primeiras décadas do século XX, contrariando uma paisagem de Campina Grande delineada por um elevado índice de analfabetismo, que somado às epidemias que assolavam a região e ao alto número de mendigos e prostitutas nas ruas, instalavam-se as enfermidades “sociais” na cidade. Com isso, a concretização de um projeto de cidade moderna sairia de sua fase de idealização quando fossem oferecidos ao povo campinense a “alfabetização” e o “trabalho”, marcas indelévels que

se sobressaíam nas reivindicações de Alfredo Dantas e nas matérias dos hebdomadários produzidos pelo Instituto Pedagógico (Jornal e Revista Evolução), que viam na educação uma ferramenta de “regeneração” da cidade e de “reforma de seu povo”.

Considerações finais

Nossa tentativa foi de tracejar, nestas páginas que limitavam nossa escrita, um olhar sobre a cultura escolar do Instituto Pedagógico, escola que se destacava na cidade de Campina Grande ao proporcionar educação primária e secundária, mas também ao conferir títulos técnicos profissionais. Foi cartografando a história dessa Instituição e de sua cultura escolar que percebemos as relações que ela tecia com a cidade, tendo na arquitetura, no currículo escolar (por meio de disciplinas de Educação Física e Higiene), nos impressos pedagógicos e nos eventos cívico-escolares sinais que identificamos como possíveis delineadores da cidade, que enalteciam a pátria e os “mártires locais”. Esses e outros elementos que também compõem o cotidiano escolar são transpassados pelos inúmeros elementos que compõem o social, sendo produto e produtor de cultura.

¹⁴ Silva (2011) anuncia a ênfase dada à propaganda política durante o Estado Novo (1937-1945), voltada a divulgar o varguismo no Brasil.

Referências bibliográficas

ANTUNES, C. *Glossário para educadores(as)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DINOÁ, R. *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande: Copyright, 1993. v. 1 e 2.

FARIA FILHO, L. M. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M. L. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.193-211.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 31. ed. Tradução de: RAMALHETE, R. Petrópolis: Vozes, 2006

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, I. B. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: SOUZA, A. C.; DANTAS, E. OLIVEIRA, I.; ANDRADE, J. *Cultura e cidades*. Campina Grande: UFCG, 2009.

RODRIGUES, J. E.; GAUDÊNCIO, E. O.; ALMEIDA FILHO, S. *Memorial Urbano de Campina Grande*. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. *et al.* (Orgs). *Instituições escolares no Brasil – conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SILVA. P. *(Des)alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB (1919-1945)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, V. C. *Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SOARES JÚNIOR, A. dos S. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

VALDEMARIN, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, D. *et al.* *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 163-203.

VEIGA, C. G. Projetos urbanos e projetos escolares. Aproximação na produção de representações da educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*, n. 26, p. 103-112, dez. 1997, Belo Horizonte.

_____. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

Fontes documentais:

EVOLUÇÃO JORNAL. Campina Grande, 1934 e 1935.

JORNAL BRASIL NOVO. Campina Grande, 1931.

REVISTA EVOLUÇÃO. Ano 1, n. 1 a 9, 1931-1932.

REVISTA DO ENSINO. 1932; 1934; 1937; 1938; 1942.

Submissão: 04/09/2015

Aceite: 13/01/2016